



Piracumã Yawalapiti pede calma aos policiais militares nos arredores do Congresso Nacional, durante as manifestações em Brasília

© ANDRÉ D'ELIA

MOBILIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA

Treze mil manifestantes saem às ruas do País em defesa dos direitos indígenas • P.14

OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL LANÇA SITE

SETE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, O ISA ENTRE ELAS, FAZEM PARTE DO OBSERVATÓRIO. IDEIA DO PORTAL É FACILITAR O MONITORAMENTO DO CÓDIGO FLORESTAL, REUNINDO ESTUDOS, ANÁLISES E ENCORAJANDO O DEBATE SOBRE SUA IMPLEMENTAÇÃO • P.19

INVENTÁRIO CULTURAL DOS QUILOMBOS DO VALE DO RIBEIRA

PUBLICAÇÃO MOSTRA A RELAÇÃO ENTRE OS BENS CULTURAIS E AS ATIVIDADES COTIDIANAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS POUCO CONHECIDA PELA SOCIEDADE E POUCO RECONHECIDA PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS • P.21

SUMÁRIO

2 MODELOS • 11 PARCEIROS LOCAIS • 13 INSTITUCIONAL • 14 DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS • 18 POLÍTICAS PÚBLICAS • 20 EXPOSIÇÃO • 21 PESQUISA E DIFUSÃO



© PERFORM HUB/ISA

Sexta edição da Feira de Sementes Tradicionais em Eldorado (SP)

Feira de sementes e seminário mostram agrobiodiversidade do Vale do Ribeira

Precedida pelo seminário *As mulheres quilombolas e as roças tradicionais*, a feira realizada no final de agosto mostra mais uma vez a importância da agrobiodiversidade e da segurança alimentar das comunidades da região. O seminário teve duas mesas. Na primeira, foram lembradas as lutas das mulheres quilombolas pela terra e o papel desempenhado por elas em relação à segurança alimentar. A segunda mesa abordou a questão do licenciamento das roças tradicionais. O pesquisador da USP, Alexandre Ribeiro, apresentou a pesquisa que está desenvolvendo, de identificação da dinâmica do solo em um ciclo completo de roça de coivara em áreas experimentais nos quilombos São Pedro e Pedro Cubas de Cima. Para ele, o papel das roças na região é importante para a biodiversidade, pois alia produção e conservação. Ele lembrou que os territórios quilombolas têm, em média, 80% de cobertura florestal, servindo como zona de amortecimento para as

Unidades de Conservação existentes. Ao final foi lançado o livro inventário cultural

dos Quilombos do Vale do Ribeira (veja à página 21). Os eventos foram promovidos pelo Grupo de Trabalho da Roça, mobilizado pelo ISA em parceria com as Associações Quilombolas do Vale do Ribeira, com a participação e apoio de organizações governamentais e não governamentais que atuam na região.

Feira já se tornou tradicional – Na praça principal de Eldorado, barracões exibiam variedades diferentes de produtos como milho, feijão, arroz, mandioca, cana, vindos das comunidades quilombolas da região. A feira exibiu aos visitantes a riqueza produzida nas roças e a importância da conservação da agrobiodiversidade para a segurança alimentar e preservação da cultura. Produtos beneficiados também foram comercializados, como a banana frita da agroindústria do Quilombo Nhunguara, e mel e própolis vindos da Unidade de Beneficiamento do Quilombo Porto Velho. A cada ano a feira se amplia e nesta edição teve a participação de movimentos de agricultura urbana de São Paulo e Serra Negra (SP), quilombolas de São Roque (SP), e da aldeia guarani Itapumirim, de Registro (SP).

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/154Jqz7>

Extrativistas da Terra do Meio comercializam castanha a preço justo mesmo com mercado em baixa

A queda expressiva dos preços da castanha em 2013, em relação aos praticados em 2012, as dificuldades enfrentadas pela empresa, que comprava a produção das Resex da Terra do Meio (PA), exigiu novos arranjos para garantir um preço justo para a castanha. Este ano foram produzidas 30 toneladas de castanha manejada contra as 50 do ano passado. Foram armazenadas em galpões nas comunidades e depois em Altamira, à espera de melhores preços. Nesse cenário adverso, o ISA, o Imaflora e as associações de extrativistas decidiram estruturar uma captação de recursos para processar e vender as castanhas diretamente. O Imaflora, por meio de seu fundo social, financiou a operação de um lote inicial de cinco toneladas. As 25 restantes foram vendidas depois da safra, também a um preço justo, em torno de R\$ 40,00 a caixa de 20kg com casca (durante a safra o preço de mercado foi a metade disso), valorizando as boas práticas de manejo das castanhas.

A experiência foi bem sucedida e a Ouro Verde, empresa contratada para o processamento abriu sua planilha de custos, o que permitiu rastrear o total do valor de produção. A ideia é apresentar os custos aos varejistas para que se faça com eles um pacto justo, que remunere minimamente as comunidades tradicionais envolvidas na extração do produto.

A produção e a venda das cinco toneladas financiadas pelo Imaflora podem ser identificadas e rastreadas desde sua origem com etiquetas (qr code) e acompanhadas pela Associação dos Moradores da Resex do Riozinho do Anfrísio (Amora) desde a saída da floresta até a embalagem final, fortalecendo dessa forma a organização e o protagonismo dos extrativistas.

SAIBA MAIS EM

<http://sementesdoxingu.org.br/>

Brasil Novo (PA) deixa lista de desmatadores

Em setembro, o município paraense de Brasil Novo atingiu a meta de 80% de propriedades cadastradas no Cadastro Ambiental Rural, assegurando sua saída da lista dos maiores desmatadores da Amazônia, que integrava desde 2008. Assim, os produtores rurais poderão ter acesso a linhas de crédito e também incluir suas propriedades em programas de restauração florestal, destinados à redução do pas-

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/17zQhp6>



© ERIKA KELLJANE

Oficinas mapeiam atividades rurais no município

sivo ambiental. Brasil Novo já iniciou quatro projetos piloto de restauração florestal, em parceria com o ISA e a Universidade Federal do Pará, campus Altamira. O ISA também tem apoiado a Secretaria de Meio Ambiente do município no planejamento de ações estratégicas para a conservação ambiental, ministrando oficinas aos produtores para mapear as atividades rurais no município. As consequências do desmatamento são erosão, assoreamento dos rios, dificuldades no abastecimento das comunidades, mudança no regime local de chuvas. A lista dos maiores desmatadores da Amazônia, 48 municípios ao todo, foi criada em 2008 pelo Ministério do Meio Ambiente. De lá para cá, alguns conseguiram sair da lista. Os que não conseguiram estão embargados por força da Resolução nº 3545/08 do Conselho Monetário Nacional, que condiciona a obtenção de financiamento rural à apresentação de documentos que comprovem a regularidade ambiental do imóvel. A medida é uma forma de estimular a preservação das florestas e conter o desmatamento.



Mapa e análise de dados são ferramentas para gestão

Gestão Territorial no Xingu aborda direitos indígenas e cartografia social

Entre 30 de setembro e 16 de outubro aconteceu em Brasília o último módulo da formação iniciada em 2011, destinada a formar jovens xinguanos para atuar na tradução e compreensão das ideias e temas como mediadores entre o mundo indígena e o dos brancos. Foram 35 participantes de 13 etnias, ao longo de três anos, nos quais o grupo participou de encontros presenciais em diferentes locais do Parque Indígena do Xingu. Os temas abordados na fase final foram o funcionamento do Estado nacional, o processo histórico de reconhecimento dos direitos indígenas e a prática de ferramentas para a gestão territorial da cartografia social, além de fundamentos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI).

Essa etapa incluiu conversas com a subprocuradora-geral da República Deborah Duprat, que apresentou o trabalho que o Ministério Público Federal realiza em defesa dos direitos indígenas e com o secretário nacional de Articulação Social da Presidência, Paulo

Maldos. Além dos temas citados foram incluídos outros como Economia Indígena, História do Movimento Indígena no Brasil e Política Indigenista, com a participação do sócio fundador do ISA, Carlos Frederico Marés, da secretária executiva adjunta, Adriana Ramos, e do advogado do ISA, Raul do Valle.

O plano de gestão do Xingu, ainda em construção, foi apresentado aos jovens, já que muitos deles têm participado de sua elaboração por meio de reuniões nos pólos do Xingu e também no uso das ferramentas de cartografia social para a construção dos mapas e das análises de dados do território. Durante a realização do curso, aconteceu a mobilização nacional indígena, em Brasília, e eles puderam participar e estabelecer trocas com povos de outras etnias e lugares, conhecendo e refletindo sobre a história do movimento indígena no Brasil e suas formas contemporâneas de luta.

Realizada pelo ISA em parceria com a Atix (Associação Terra Indígena Xingu), a iniciativa teve apoio da Fundação Rainforest da Noruega e do Fundo Vale.

Oficinas debatem serviços ambientais no Vale do Ribeira

O pagamento por serviços ambientais (PSA) foi tema de quatro oficinas que o ISA realizou no Vale do Ribeira entre setembro e dezembro, destinadas a agricultores, gestores municipais, estaduais e federais, monitores ambientais e vereadores da região, entre outros. Os participantes conheceram experiências em andamento na Mata Atlântica, e avaliaram o potencial da região em produzir serviços ecossistêmicos. A riqueza do patrimônio socioambiental e cultural da Bacia do Rio Ribeira de Iguape ficou evidente durante as conversas, destacando-se sua importância em temas como paisagem, bens associados à agricultura, manutenção dos estoques pesqueiros e marinhos, experiências agroecológicas, conservação da floresta em pé.

Os participantes sugeriram que a estratégia em PSA para o Vale do Ribeira deve buscar valorizar o patrimônio socioambiental junto à população local, articulando parceiros que

viabilizem a geração de renda para os que

mantêm a floresta em pé, fortalecendo a economia e fixando a população rural, com qualidade de vida.

Em dezembro, uma comitiva de representantes de diversos segmentos e municípios da região foi conhecer os programas desenvolvidos em Extrema (MG) e Joanópolis (SP) e ficou evidente a importância das parcerias para viabilizar qualquer iniciativa.

O projeto para formular estratégias em PSA, desenvolvido pelo ISA com apoio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e recursos do Fehidro (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), é acompanhado por um Conselho Gestor, formado por representantes de governos, sociedade civil, associações comunitárias e instituições de pesquisa, que já se reuniu três vezes.

SAIBA MAIS EM:
www.ciliosdoribeira.org/pagamento-por-servicos-ambientais

Parceria com a Mercur é renovada nas Resex da Terra do Meio (PA)

O termo de cooperação com a empresa Mercur, que teve início em 2010, envolvendo associações de extrativistas da Terra do Meio (Amora, Amoreri, Amomex), o ISA, o Imafloa, a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) e o ICMBio, foi renovado para o período 2013-2015. Em julho, a empresa Mercur, que compra a borracha dos seringueiros das Reservas Extrativistas do Riozinho do Anfrísio, Iriri e Xingu visitou o Riozinho do Anfrísio e o Iriri e reuniu-se com os seringueiros, o ISA e o Imafloa. Assuntos como materiais para trabalho, cantinas (fundos de capital de giro locais, para onde a borracha é levada pelos seringueiros e trocada por mercadorias ou dinheiro), estradas de seringa, preço e qualidade da borracha estiveram na pauta da reunião. Os preços dos blocos de borracha e das mantas aumentaram cerca de 50% de forma a viabilizar a cara logística local e remunerar justamente as famílias das Resex, distantes entre 150 e 500 km de Altamira, onde é concentrada a borracha antes de embarcar para processamento intermediário em São Paulo.

Além disso, ficou estabelecido que as três cantinas que recebem a produção são de responsabilidade dos

moradores e os seringueiros interessados devem levar sua produção até elas. A abertura de novas estradas de seringa está sendo realizada com recursos das associações, angariados junto ao Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável Xingu (PDRSX). Em 2013/2014 serão 33 novas estradas, divididas entre as três Resex. Espera-se que a produção possa ultrapassar as 10 toneladas de borracha comercializadas em 2013.



Seringais na Resex Riozinho do Anfrísio

Yanomami realizam pesquisa sobre remédios da floresta

Entre setembro e outubro realizou-se a segunda oficina de pesquisa intercultural sobre os remédios da floresta Yanomami, organizada pela Hutukara e pelo ISA, na comunidade Watoriki, região do Demini (AM), na Terra Indígena Yanomami. O foco foi a formação de pesquisadores e o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais como forma de reapropriação e ampliação de uma pesquisa etnobotânica realizada há cerca de 20 anos, pelos pesquisadores Bruce Albert, do Institut de Recherche pour le Développement (IRD), na França e Willian Milliken, do Royal Botanic Gardens, de Londres. A ideia era aprimorar o atendimento de saúde valorizando a medicina tradicional. Na época foram levantadas 114 espécies de plantas e o material foi organizado em um projeto de livro que acabou não sendo publicado.

Em recente seminário, os Yanomami apontaram o conhecimento sobre as plantas como uma prioridade. Assim, a pesquisa foi retomada pelos próprios Yanomami, em sua língua e com a colaboração dos pesquisadores não indígenas e técnicos do ISA. A

© VICENTE COELHO



Pesquisadores entrevistam anciãos na aldeia Watoriki

primeira oficina ocorreu em novembro de 2012 e a segunda em setembro-outubro de 2013. Nove jovens pesquisadores participaram das atividades entrevistando homens de idade e grandes conhecedores da floresta. Contaram com a assessoria de Vicente Coelho, do ISA, de Bruce Albert e Willian Milliken.

A lista das espécies utilizadas pelos Yanomami de Watoriki nos tratamentos sintomáticos realizados após as sessões xamânicas, e o registro de seus usos e indicações, totalizou 130 espécies, a maior parte delas experimentada e fotografada. Foram também colhidos depoimentos sobre os conhecimentos associados a estes remédios.

Esses conhecimentos eram mantidos e repassados tradicionalmente pelas mulheres idosas. Mas na década de 1970, a maioria delas foi vitimada por epidemias e o conhecimento ficou guardado com alguns dos homens mais velhos. Antes da oficina, as jovens mulheres conheciam apenas entre cinco e sete remédios da floresta. As informações coletadas irão compor um manual para o uso cotidiano dos Yanomami, apresentando agrupamentos de plantas relevantes em função das doenças. Espera-se, assim, disseminar este conhecimento às novas gerações.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1fQR2yF>

© WILLIAM MILLIKEN



Plantas são coletadas e registradas



© DANNYEL SÁ/ISA

Índios Waurá trabalham com pesos e medidas na aldeia Piyulaga

Rede de Sementes do Xingu promove oficinas com coletores indígenas e não indígenas

Em outubro, a Rede de Sementes do Xingu promoveu oficinas com coletores indígenas, coletores de núcleos urbanos e coletores de assentamentos rurais dentro da estratégia de formação continuada para aperfeiçoar a qualidade das sementes comercializadas. Os coletores indígenas, 70 ao todo, de dez aldeias do Parque Indígena do Xingu e da Terra Indígena Panará, reunidos no Posto Pavuru, trocaram experiências de coleta, beneficiamento e armazenamento de sementes florestais. A oficina esteve a cargo da prof^ª. Fatima Piña-Rodrigues (UFSCar), de Danilo Ignácio (mestrando USP/ESALq), e dos técnicos do ISA José Nicola e Dannyel Sá. O grupo trabalhou com técnicas desenvolvidas por eles mesmos, e foi orientado a se adequar a situações de manejo conforme as características morfológicas e fisiológicas dos principais grupos de espécies que comercializam.

Já as atividades com os coletores urbanos e os de assentamentos rurais tiveram foco na melhoria do planejamento e da organização da coleta e a troca de experiências entre eles. Os coletores urbanos se reuniram em Canarana, com a participação de

grupos locais e outros vindos de Nova Xavantina e Água Boa. A oficina com os grupos dos assentados de reforma agrária foi ministrada em São Félix do Araguaia, contando com participantes locais e vindos de Bom Jesus do Araguaia e Canabrava do Norte. As oficinas também contaram com a Prof^ª. Fátima Piña-Rodrigues, da UFSCar, e foram organizadas pela Articulação Xingu-Araguaia (AXA), ISA, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação Nossa Senhora da Assunção (Ansa), Associação Terra Viva (ATV) e Operação Amazônia Nativa (Opan).

Em novembro, a Rede promoveu nova oficina, agora na aldeia Piyulaga, dos Waurá, com 25 coletores das aldeias Piyulaga e Piyulewene para trabalhar pesos e medidas, com a colaboração do etnomatemático Cláudio Lopes de Jesus. Os coletores realizaram exercícios práticos para a utilização dos instrumentos disponíveis para pesagem de sementes e também conceitos matemáticos indígenas e não indígenas. Ao final, simularam o funcionamento completo da Rede de Sementes do Xingu, desde a chegada dos pedidos feitos pelos fazendeiros até a entrega das sementes e partição dos recursos na comunidade.



Comunidades conseguem licença para abrir novas roças

Quilombos do Vale do Ribeira recebem autorização para fazer roça

Em setembro, depois de seis anos de discussão e mobilização, começaram a ser emitidas as licenças ambientais para que os quilombolas do Vale do Ribeira (SP) possam abrir novas roças. São 150 licenças, para os diversos quilombos da região. O licenciamento será feito da forma como foi reivindicado pelas comunidades, utilizando as técnicas tradicionais em áreas historicamente utilizadas para isso. Podem cortar a vegetação e fazer a queima para uso agrícola, durante curto período de tempo (de um a três anos) com posterior período de pousio que permita a regeneração da floresta. Uma das estratégias para manter as roças vivas, nestes últimos seis anos, foi a organização de feiras de troca de sementes tradicionais, precedidas por seminários que colocavam em debate a questão das roças.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1fcDAEI>

As feiras foram feitas pelos quilombolas em parceria com o ISA, Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e outras organizações. O debate envolveu parceiros como o grupo de pesquisadores da USP e do Instituto de Botânica do Estado de São Paulo, que com seus estudos demonstraram que as roças convivem muito bem com a conservação da biodiversidade. Também contribuiu o inventário cultural dos quilombos do Vale do Ribeira, realizado pelo ISA, mostrando a complexidade do sistema agrícola que envolve além dos plantios e os modos de fazer, o processamento dos alimentos, as festas e a religiosidade. Os documentos encaminhados pelos quilombolas ao governo estadual juntamente com os laudos técnicos do Itesp e da Fundação Florestal, respaldados pelos resultados desses estudos, criaram as condições para o licenciamento das roças.

Pequenos agricultores praticam integração lavoura-pecuária-floresta

Em outubro, técnicos e pequenos produtores de Água Boa, São Félix do Araguaia, Canabrava do Norte, indígenas da Terra Indígena Maraiwatsede e 10 professores da escola do Projeto de Assentamento Jaraguá, em Mato Grosso, participaram de oficinas promovidas pelo ISA, sobre Sistemas Agroflorestais, Manejo de Floresta antiga e implantação de novos sistemas. O local escolhido foi o lote de Ricardo Dias, pequeno agricultor de Água Boa, que já desenvolve experiências com agrofloresta. O destaque das atividades foi a possibilidade de gerar renda a partir da implantação de sistemas que permitem a rotação de pastagem para gado de leite.

A primeira etapa das oficinas, que tiveram uma semana de duração, tratou de sistemas agroflorestais ministrada por Namastê Messerschmidt, da Cooperafloresta. Na segunda etapa, a cargo de Marco Antônio Malburg, engenheiro agrônomo da Fazenda Roncador Xingu, e de Diego Barbosa Alves, engenheiro florestal da Embrapa Agrossilvipastoril, foi implantado o sistema de Integração Lavoura-

-Pecuária-Floresta na área de pastagem do lote. O desafio era aplicar na prática esse sistema como estratégia de produção para não só otimizar a ciclagem de nutrientes do solo, mas também permitir a criação de várias culturas diferentes em consórcio. Diego apresentou as propostas de implantação de espécies florestais, que além da sombra poderão também gerar renda com a venda de madeira, frutos e sementes. Ele também falou sobre a proteção das propriedades ao uso de agroquímicos e formação de barreiras naturais, técnicas que foram implantadas na propriedade pelos participantes. Ao final, a propriedade de Ricardo se transformou numa vitrine de boas práticas e chamou a atenção de outros assentados e vizinhos, já interessados em praticar a restauração e implantar sistemas que integram lavoura, pecuária e floresta em outros lotes. As oficinas contaram com o apoio do Funbio/TFCA (Tropical Forest Conservation Act) em parceria com a Articulação Xingu-Araguaia (AXA).

Cadastro Ambiental Rural (CAR) é tema de seminário no Vale do Ribeira

Em outubro, o ISA realizou seminário, em Eldorado (SP), para discutir a aplicação de um dos principais instrumentos da nova lei florestal em territórios de comunidades tradicionais, o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Os debates envolveram quilombolas e indígenas do Vale do Ribeira, no sul do Estado de São Paulo e um texto com as principais questões e dúvidas levantadas foi encaminhado ao grupo interinstitucional criado pelo governo federal para discutir a nova lei em territórios quilombolas, além de outros órgãos federais e estaduais. Quilombolas e indígenas também solicitaram reuniões com os órgãos estaduais envolvidos para discutir o assunto e resolver dúvidas e questões.

Lideranças de 14 comunidades quilombolas e de duas aldeias indígenas participaram do evento, além de repre-

sentantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e de instituições de pesquisa e foram unânimes em afirmar que quanto mais informações estiverem disponíveis no ato do cadastro mais fácil será efetuar-lo. Também cobraram da Secretaria Estadual do Meio Ambiente mais informações sobre o cronograma do cadastramento e quais órgãos serão responsáveis pela assistência técnica às comunidades. O seminário é parte do projeto de implementação do planejamento territorial apoiado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e Tropical Forest Conservation Act (TFCA) e contou com apoio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), em projeto que discute estratégias para pagamento por serviços ambientais no Vale do Ribeira.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/16dWacE>



Comitiva percorre 184 km no limite leste da Terra Indígena

Expedição Rio dos Veados mostra fragilidade do limite leste da TI Yanomami

O levantamento detalhado da situação da fronteira leste TI Yanomami – com 750 quilômetros de extensão – tem sido o objetivo da série de expedições, que a equipe do ISA, Hutukara e Funai estão empreendendo desde 2012. Pescadores, madeireiros, grileiros e garimpeiros ameaçam constantemente o direito do usufruto exclusivo que os Yanomami têm sobre a Terra Indígena. Entre setembro e outubro últimos, iniciou-se mais uma etapa que contou com o apoio do Bope (Batalhão de Operações da Polícia Especial) e da Polícia Ambiental em Roraima. A expedição ao Rio dos Veados, percorreu 184 km para fiscalizar 114 km de fronteiras, entre os rios Apiaú e Mucajá. As dificuldades e os desafios encontrados pela comitiva

ao longo de 13 dias de expedição foram relatados diariamente pelo antropólogo Moreno Saraiva Martins e pelo geógrafo Estevão Benfica Senra, e publicados no site do ISA. Os relatos mostraram a fragilidade do limite leste, caracterizado por centenas de quilômetros, com baixa densidade demográfica. A Floresta Nacional de Roraima, que faz limite com a TI Yanomami, deveria servir como área de amortecimento, protegendo a fronteira, o que não está acontecendo. Ao contrário, está servindo de entrada para invasores. Dificuldades, obstáculos e o cansaço causado pelo esforço intenso e contínuo foram muitos. Mas, por outro lado, a experiência de percorrer regiões de florestas exuberantes, acompanhada por índios Yanomami, que caminhavam por elas como se estivessem no quintal de sua casa foi marcante para os integrantes da comitiva que nasceram longe dali.

SAIBA MAIS EM:

<http://www.socioambiental.org/expedicoes/expedicao-rio-dos-veados>

Xamãs realizam encontro no Ajarani (RR)

O IV Encontro de Xamãs Yanomami, promovido pela Hutukara e pelo ISA em novembro, na comunidade Serrinha, na região do Ajarani (RR) reuniu 12 xamãs de diferentes regiões da Terra Indígena Yanomami, além de convidados e moradores vizinhos. O objetivo foi restabelecer o vínculo dessas comunidades com a tradição xamânica yanomami. O encontro foi marcado por sessões de cura e pela iniciação no xamanismo de dois jovens Yawari (sub-grupo Yanomami), moradores das comunidades locais. Essas comunidades foram as que mais sofreram com a construção da Perimetral Norte, iniciada em 1973 e a partir do contato com a sociedade nacional experimentaram um dramático processo de desestruturação sociocultural. O resultado foi a perda e o enfraquecimento de diversas práticas e tradições, entre elas o

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/18okSZn>

xamanismo. Esse encontro se insere em uma série de atividades que busca a valorização dos saberes yanomami e autonomia econômica e territorial.



Jovens Yawari se iniciam no xamanismo

Rei da Noruega recebe Davi Kopenawa em Oslo

Em setembro o líder Yanomami Davi Kopenawa foi recebido pelo Rei Harald V da Noruega. Davi foi à Oslo participar de um seminário sobre direitos indígenas promovido pela Fundação Rainforest da Noruega. Além do castelo real, Davi Yanomami visitou o Parlamento, participou de reuniões com representantes dos partidos que recentemente venceram as eleições na Noruega, encontrou-se com o diretor da Norad (Agência de Cooperação Internacional do governo norueguês) e fez uma visita à Embaixada do Brasil. Em todos os compromissos, Davi falou da importância das Terras Indígenas e de sua preocupação com as investidas de alguns parlamentares brasileiros contra os direitos indígenas garantidos pela Constituição de 1988. Denunciou ainda a invasão garimpeira da Terra Indígena Yanomami e as ameaças futuras com a aprovação de um Código de Mineração para o Brasil que não leve em consideração os direitos dos povos indígenas.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/199wqJg>



Davi ao lado do rei no castelo real



© UIRIM MONTENEGRO/ISA

Reunidos na comunidade de Canafé, participantes debatem história da ocupação e do movimento indígena do Rio Negro

Foirn dá continuidade a curso de história e formação no Médio Rio Negro

Em outubro, cerca de 50 pessoas das etnias Baré, Tukano, Tariano, Desana, Arapaso, Baniwa e Paumari, entre elas 15 inscritos para o primeiro módulo do curso de Formação para Lideranças Indígenas do Rio Negro, participaram de curso organizado pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e o ISA. Em seu segundo módulo, o curso de história (o primeiro módulo foi realizado em 2010) foi ministrado na escola indígena Yandé Potira, na comunidade de Canafé, em Barcelos (AM). Uma exposição fotográfica, organizada pelo ISA, revelou os principais momentos históricos na luta dos povos indígenas pelo direito à demarcação de suas terras, saúde e educação.

O curso foi dividido em dois momentos: história de ocupação do Rio Negro e história do movimento indígena. O primeiro foi contado pelos professores de história José Ribamar Bessa, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, e Geraldo Pinheiro, da Universidade do Porto (Portugal). Foram abordados os pontos principais da história de colonização do Rio Negro mostrando, entre outros aspectos, como a violência e a forma de exploração de mão de obra fizeram com que os índios

do Baixo Amazonas fossem dizimados. Entretanto, o que é pouco conhecido é

que os índios não foram passivos e fizeram um movimento de resistência aos portugueses.

A oralidade foi considerada, durante os debates, uma forma de manter viva a identidade indígena e uma estratégia de fortalecimento de suas culturas, sobretudo dentro da proposta de educação escolar indígena, específica e diferenciada. Maximiliano Menezes, que já foi diretor da Foirn e hoje é coordenador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), lembrou que a preservação da língua e sua transmissão é uma das formas de resistência indígena.

Braz França, ex-presidente da Foirn, ministrou o segundo momento do curso, abordando os avanços e obstáculos enfrentados pelo movimento indígena do Rio Negro. Um ponto importante de reflexão foi a importância da demarcação das Terras Indígenas, como forma de se proteger de ameaças externas de comerciantes, mineradores, ruralistas, garantindo assim a sobrevivência dos povos indígenas e seus direitos ao bem viver. Os participantes consideraram que a Foirn teve e tem um papel de fundamental importância na luta dos povos indígenas do Rio Negro por seus direitos a terra, educação, saúde e alternativas econômicas, destacando que o Alto Rio Negro deve unir forças para ajudar o Médio Rio Negro a demarcar suas terras.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/17zgp3t>

ISA pede moratória para exploração de gás de xisto

Em novembro, a Ajuda da Igreja Norueguesa (AIN) promoveu um seminário em São Paulo sobre exploração de gás de xisto, em parceria com o ISA, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Greenpeace, a Fase e o Ibase. A proposta foi debater as questões ambientais envolvidas e discutir a viabilidade desse tipo de exploração mineral, além de debater a necessidade dessa fonte de energia para o setor energético brasileiro, com enfoque nas bacias do Acre, Mato Grosso e no aquífero Guarani. Em processo de consulta pública sobre o leilão de gás que ocorreria no final de novembro, o ISA apresentou considerações e pediu moratória para a exploração.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1dSmysj>

REDD e Fundo Amazônia são tema de eventos em Oslo

A secretária executiva adjunta do ISA, Adriana Ramos, esteve em Oslo de 28 a 30 de outubro, para participar de dois eventos. O primeiro foi o seminário sobre desmatamento e Fundo Amazônia promovido pela instituição de pesquisa norueguesa Cicero e pela Universidade de Oslo. O segundo foi o REDD Exchange, organizado pelo governo norueguês, que reúne os principais especialistas no tema e os países parceiros da iniciativa de florestas e clima da Noruega. (REDD quer dizer Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal). A participação no painel *Governance and Tenure in Landscape Approaches to REDD+* destacou as experiências positivas do ISA na gestão de territórios, com ênfase na Bacia do Rio Xingu. Na oportunidade, Adriana participou de reuniões com o governo norueguês sobre a cooperação com o Brasil, ao lado de representantes da Fundação Rainforest e da Ajuda da Igreja Norueguesa.



Visitas aos sites

De setembro a 16 de dezembro de 2013*
718 250

* Aqui considerados os sites Socioambiental, PIB, PIB mirim, Y Ikatu Xingu, Cílios do Ribeira, De Olho nas Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Rio+20

Curtas

▶ MARCO CIVIL DAS ONGS. O

Senado aprovou em dezembro um projeto de lei com novas regras de contratualização entre governos e sociedade civil. O projeto incorpora muitas das propostas elaboradas no âmbito da plataforma das organizações da sociedade civil, da qual o ISA participa, por um novo marco regulatório. A proposta também está alinhada com o resultado do grupo de trabalho promovido pela Secretaria Geral da Presidência, do qual o ISA participou como representante do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Fboms).



▶ IMPRENSA, SOCIEDADE CIVIL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. A

secretária executiva adjunta do ISA, Adriana Ramos, participou de debate sobre imprensa e sociedade civil durante a feira ONG Brasil, realizada em São Paulo, e promovida pela Abong e pela Andi, e também do painel sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável promovido pela Secretaria Geral da Presidência da República, em Brasília.

Mobilização Nacional Indígena reúne 13 mil manifestantes em todo o País

Foram cinco dias de acampamento na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e de manifestações de apoio nas principais cidades do País. Passeatas, aulas e atos públicos, debates, interdições de estradas e vias urbanas, eventos culturais, retomadas de terras. Foi a Mobilização Nacional Indígena, convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), de 30 de setembro a 5 de outubro, e apoiada por inúmeras organizações da sociedade civil. Um conjunto de organizações da sociedade civil, entre elas Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Cimi (Conselho Indigenista

Missionário), ISA, Comissão Pró-Índio de São Paulo e Greenpeace, participou da organização e divulgação da mobilização. A estimativa é que em torno de 13 mil pessoas foram às ruas. Outras milhares acompanharam e repercutiram os protestos pelo Brasil e pelo mundo em defesa dos direitos constitucionais indígenas. A pauta era bem clara, reagindo à ofensiva dos ruralistas no Congresso contra índios, quilombolas e unidades de conservação, traduzida pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, pelo Projeto de Lei Complementar (PLP) 227 e pela Portaria



© FERNANDO FRAZÃO/ABR

Manifestantes tomaram as ruas do país em defesa do direitos indígenas

303 da Advocacia Geral da União. Além disso, os manifestantes pediam também a demarcação das terras Guarani, em Mato Grosso do Sul e dos territórios quilombolas de todo o Brasil.

Em Brasília, no segundo dia de protesto, houve confronto entre índios e policiais militares durante tentativa de entrada dos manifestantes no Congresso Nacional. Em São Paulo, 400 índios vindos das aldeias guarani do Vale do Ribeira, Parelheiros e Jaraguá (SP), e 200 quilombolas do Vale do Ribeira, pararam a Avenida Paulista.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1dY8gGV>

Ao final, representantes da Mobilização Nacional Indígena encaminharam ao Palácio do Planalto e ao Supremo Tribunal Federal (STF) documentos com suas reivindicações. Uma comissão de parlamentares do Congresso já tinha recebido o mesmo texto. Neles, os indígenas exigiram o arquivamento das principais propostas e medidas contrárias aos direitos indígenas. Reivindicaram ainda a retomada das demarcações das Terras Indígenas e a manutenção dos atuais procedimentos demarcatórios, além do fortalecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai).

© ROBERTO LINSKEN / TERRA VIVEM EDUÇÕES



Cerca de mil pessoas pararam a avenida Paulista em São Paulo



Vista aérea do sítio Pimental da hidrelétrica em construção no Rio Xingu

Vaivém jurídico e ocupações continuam em Belo Monte

O monitoramento das condicionantes da usina de Belo Monte continua sendo feito pela equipe do ISA no Xingu. Em outubro, o Tribunal Regional Federal (TRF) determinou a paralisação das obras da usina até que as 40 condicionantes da Licença Prévia fossem efetivamente cumpridas. A decisão

judicial também previa suspensão dos repasses do financiamento da obra pelo BNDES. A União

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/17kWUdf>
<http://isa.to/1a0C838>
<http://isa.to/1ahkqMf>

recorreu e conseguiu suspender a decisão alegando a importância da obra para a “ordem pública” e para a “economia pública”. Entretanto, em 17/12, o TRF decidiu novamente pela paralisação da obra, mas no dia 19/12 o

mesmo tribunal decidiu pela retomada. Entre as análises realizadas pela equipe, uma delas se refere ao aumento da mão de obra contratada pela Norte Energia, responsável pelo empreendimento. Os estudos de impacto e o estabelecimento de condicionantes se basearam na previsão de contratação de 18 mil trabalhadores.

Em setembro, no entanto, relatório da empresa informava que mais de 25 mil trabalhadores haviam sido contratados ultrapassando o permitido para concessão da Licença de Instalação, ampliando os impactos previstos. Também em setembro, índios Juruna e Parakaná bloquearam a entrada do sítio Pimental, onde está sendo construída a Casa de Força Complementar da usina reivindicando o cumprimento pelo governo e Norte Energia de condicionantes previstas.



© LETICIA LEITE/ISA

Indígenas embarcam em avião fretado pelo governo em Altamira

Mineração é nova ameaça no Xingu

Paralelamente ao acompanhamento de condicionantes em Belo Monte, o ISA acompanha o processo de licenciamento do projeto de mineração de ouro da empresa canadense Belo Sun, que pretende se instalar no Rio Xingu, dez quilômetros abaixo da barragem Belo Monte. O objetivo inicial era extrair 50 toneladas de ouro em 12 anos, com faturamento

SAIBA MAIS EM:
<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3721>

de R\$ 550 milhões/ano, mas a empresa dobrou as estimativas de minério na área sem revisar os estudos ambientais. Em

novembro, o Ministério Público Federal pediu a suspensão do licenciamento do projeto, mas a Belo Sun recorreu e a paralisação foi cancelada. Em dezembro, o Conselho Estadual do Meio Ambiente do Pará votou a favor do projeto, requisito para a concessão da licença ambiental prévia. Vale lembrar que em janeiro de 2013 o ISA enviou parecer técnico à Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Pará pedindo declaração de inviabilidade ambiental da obra. A análise chamava a atenção para os riscos do projeto. Uma petição na internet – “Belo Sun Não” – pede a paralisação do licenciamento.

Yanomami defendem seus direitos em evento binacional

A Hutukara Associação Yanomami (HAY), do Brasil, e a Horonami Organização Yanomami (HOY), da Venezuela, em parceria com o ISA e a Wataniba, promoveram em outubro o seminário *Direitos Indígenas y políticas nacionales: analizando el caso de los Yanomami de Venezuela y Brasil*, em Puerto Ayacucho na Amazônia venezuelana. Os temas principais foram direitos territoriais, saúde, garimpo e mineração, abordados em uma perspectiva binacional. Estiveram presentes representantes do governo e da sociedade civil dos dois países. Ao final do encontro os Yanomami da Venezuela e do Brasil divulgaram uma carta aberta aos governos

dos dois países expondo suas principais preocupações, sendo elas: a falta de políticas públicas eficazes que garantam os direitos indígenas escritos nas duas constituições; a necessidade de ações conjuntas dos dois governos para combater o garimpo no território Yanomami nos dois lados da fronteira; a necessidade de ambos os governos executarem ações conjuntas contra o garimpo em território Yanomami; a necessidade urgente de demarcar os territórios Yanomami e Ye'kuana na Venezuela; a má qualidade dos serviços de saúde oferecidos aos Yanomami; a necessidade das organizações indígenas participarem dos processos de cooperação binacional.

Um ato público, realizado durante o seminário, lembrou o massacre de Haximu, que completou 20 anos em 2013. Naquela ocasião, garimpeiros brasileiros assassinaram 16 Yanomami na Venezuela. Em sua maioria, eram mulheres, velhos e crianças. O diretor da Hutukara, Dário Kopenawa, disse que o massacre não sairá da memória dos Yanomami e será sempre lembrado durante a luta por seus direitos, ressaltando, que a Terra Indígena continua invadida por garimpeiros.

O ISA e a Wataniba aproveitaram a ocasião para discutir a elaboração de um mapa Yanomami binacional.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/17yPBN9>

© MARCOS WESLEY DE OLIVEIRA/ISA



Mapa yanomami transfronteiriço está em elaboração



Roda de conversa sobre Gestão Integrada de Territórios: (da esq. para dir.) Roberto Vizentim, do ICMBio, o antropólogo Mauro Almeida, da Unicamp, a advogada do ISA, Biviany Rojas, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, do Museu Nacional, e o pesquisador Maurício Torres, da Unicamp

Encontro Xingu+ Diversidade Socioambiental propõe estratégias de conservação

Organizado pelo ISA, o *Encontro Xingu + Diversidade Socioambiental no coração do Brasil* teve como objetivo compartilhar informações sobre a diversidade dos povos do Xingu e da biodiversidade da região, as ameaças que estão à frente (desmatamento, hidrelétricas, hidrovias e estradas) e refletir sobre a valorização do corredor de diversidade socioambiental da Bacia do Xingu – 27 milhões de hectares de Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

O evento aconteceu em fins de setembro, em Altamira (PA), e contou com uma exposição fotográfica retratando os 25 povos indígenas que vivem no Xingu, com a participação de 120 pessoas, entre lideranças indígenas, extrativistas, especialistas, representantes de organizações da sociedade civil e do governo federal. Durante três dias os participantes falaram sobre o que existe e como se deve cuidar da Bacia do Xingu, onde vivem cerca de 600 mil pessoas; sobre formas de proteção desse patrimônio socioambiental e as possíveis

articulações entre todos os povos da bacia e instituições para fortalecê-lo.

Um dos desafios apontados foi integrar a gestão dos territórios indígenas e outras Unidades de Conservação, sobretudo com as Reservas Extrativistas. Entre as sugestões que surgiram está a de se criar uma nova organização política entre os povos para a gestão da Bacia do Xingu, um conselho que dê unidade de discurso para fortalecer a organização política entre índios e extrativistas da região. As obras de infraestrutura em curso ou planejadas – rodovias e grandes projetos de mineração – também foram abordadas e o resultado previsto é aumento das pressões sobre a floresta, como desmatamento, retirada ilegal de madeira, garimpos ilegais e fogo.

Os mais de mil extrativistas da Terra do Meio, que comercializam produtos não madeireiros, foram representados por Raimundo Belmiro, presidente da Associação de Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio. O cacique caiapó Raoni Metuktire encerrou o encontro. Uma carta assinada pelos participantes foi divulgada, exigindo o fim da destruição da Bacia do Xingu, da PEC 215, do PLP 227 e da Portaria 303 da AGU.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1couzF8>

© UJA DE PIRUA/AGÊNCIA SEMDO



Lançamento do Observatório do Código Florestal em maio na Câmara dos Deputados

Observatório do Código Florestal lança site

Iniciativa de sete organizações socioambientais, o Observatório do Código Florestal, lançado em maio deste ano, colocou no ar em novembro um portal que pretende reunir estudos, análises e o histórico da nova lei florestal (12.651/12), além de matérias inéditas e exclusivas. O objetivo é facilitar o acesso a informações, além de encorajar o debate sobre a implementação do novo Código Florestal brasileiro. A plataforma pretende permitir o controle social da lei e assegurar que o Cadastro Ambiental Rural seja efetivamente implantado e que não haja ainda mais retrocessos na sua implementação. Participam do observatório o Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (Ipam), o WWF-Brasil, a Fundação SOS Mata Atlântica, o Instituto Centro de Vida (ICV), o ISA, juntamente com The Nature Conservancy (TNC) e a Conservação Internacional (CI). O primei-



ro seminário do Observatório aconteceu em outubro, em Salvador, e recebeu a adesão de outras organizações como a Rede Mata Atlântica (que agrega mais de 200 organizações em todo Brasil), a Apremavi, a Iniciativa Verde, o Grupo Ambientalista da Bahia (Gamba), a Amigos da Terra Amazônia, o Imaflorea, a Bolsa de Valores Ambientais do Rio de Janeiro (BVRio), a Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda) e o Instituto O Direito por um Planeta Verde (IDPV).

SAIBA MAIS EM
<http://www.observatorioflorestal.org.br>



© MARCELO SUZAN/ISA

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/18r48hU>

Crianças das escolas de Brasília conferem a mostra fotográfica no Museu da República

Exposição retrata luta pelos direitos indígenas nos últimos 30 anos

Cerca de 700 pessoas estiveram na abertura da exposição *Povos Indígenas no Brasil 1980/2013 – Retrospectiva em Imagens da Luta dos Povos Indígenas no Brasil por seus Direitos Coletivos*, em 19 de novembro, na Praça do Museu da República, em Brasília. Realização da Embaixada da Noruega no Brasil e do ISA, a mostra comemora os 30 anos do Apoio Norueguês aos Povos Indígenas no Brasil e os 25 anos da Constituição.

Composta por 43 fotos, apresentadas em ordem cronológica, clicadas por 33 fotógrafos, com mapas e textos de apoio, em português e inglês, a mostra, apresenta momentos e personagens históricos, retratados num período de 33 anos no qual os povos indígenas saíram da invisibilidade para entrar de vez no imaginário e na agenda do Brasil contemporâneo. O marco desse processo foi o capítulo dos direitos indígenas da Constituição. Entre outros temas, as imagens retratam a batalha pelo reconhecimento das Terras Indígenas; a resistência às invasões de garimpeiros e madeireiros; o apoio de músicos como Sting e Milton Nascimento; a apropriação das tecnologias do homem branco para a preservação de sua cultura; as ameaças aos últimos povos “isolados”; as mobilizações recentes pela garantia de seus direitos.

Três dos mais importantes líderes indígenas brasileiros dos últimos 30 anos estiveram presentes na abertura: Raoni Metuktire, Davi Kopenawa e Marcos Terena, protagonistas de vários dos momentos retratados nas imagens. Eles relembraram episódios marcantes das lutas pelos direitos indígenas, desde a Constituinte (1986-1988) até as mobilizações recentes. Entretanto, o comentário geral foi que apesar dos inúmeros avanços conquistados, os povos indígenas precisam continuar unidos na luta em defesa de suas terras e seus direitos.

“Apostamos no poder evocativo dessas imagens e pelos primeiros indícios parece que vai funcionar. As fotos rendem muitos comentários, muitas histórias”, destacou o curador da exposição, Beto Ricardo, do ISA. “Esperamos que possa contribuir para que os direitos indígenas sejam efetivados e consolidados no Brasil e no mundo”.

Em 2014, a mostra vai itinerar por São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus e Oslo (Noruega).



Bens culturais de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira são registrados em livro e vídeos

O lançamento do *Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira* aconteceu no seminário sobre as mulheres quilombolas e as roças tradicionais quilombolas, no final de agosto, em Eldorado. A publicação é resultado de um processo participativo que incluiu 20 agentes locais e realizou 590 entrevistas com 213 quilombolas, que identificaram os bens culturais de 16 quilombos da região. A metodologia utilizada para a catalogação dos bens, materiais e imateriais, é do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que acompanhou o processo. A antropóloga Anna Maria de Andrade, que integrou a equipe do Vale do Ribeira, foi a responsável técnica pela pesquisa. Os quilombolas foram co-autores da publicação, e trechos de suas falas foram incorporadas ao texto, tornando suas histórias acessíveis ao público em geral.

O inventário surgiu a partir da preocupação dos quilombolas do Vale do Ribeira contra a ameaça de construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape. O levantamento evidenciou a riqueza e a diversidade dos bens culturais e a especificidade da cultura quilombola ainda desconhecida pela sociedade brasileira e pouco reconhecida pelos órgãos públicos. Além do livro também foram produzidos um vídeo e sete folders sobre diferentes grupos culturais quilombolas.

As informações levantadas acabaram por mostrar as relações entre os bens culturais e as atividades cotidianas, como as roças, por exemplo. Aliás, o sistema agrícola foi escolhido pelas comunidades



como bem a ser encaminhado ao Iphan para registro como patrimônio nacional, por agregar um conjunto significativo de bens culturais dos quilombos. Será a próxima etapa deste trabalho. Iniciado em 2009, o inventário identificou 180 bens culturais: 29 Celebrações, 24 Formas de Expressão, 23 Ofícios e Modos de Fazer, 75 Lugares e 29 Edificações.

DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD EM:
<http://isa.to/14KOfgQ>

Curtas

► **SITE POVOS INDÍGENAS NO BRASIL CELEBRA PARCERIA COM MUSEU EM RECIFE.** Graças a uma parceria com o site Povos Indígenas no Brasil, verbetes sobre os povos indígenas na Caatinga e no Semiárido estão disponíveis aos visitantes do recém-inaugurado Museu do Cais do Sertão Luiz Gonzaga, em Recife (PE). Em funcionamento desde 13 de dezembro, o museu tem foco no sertão nordestino e conta com um totem interativo sobre os povos indígenas da região. Para esse totem, além dos 16 verbetes que já estavam disponíveis na *Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil*, foram elaborados mais 13 micro-verbetes sobre povos ainda não contemplados no site. Agora tanto os visitantes do site quanto do museu poderão obter as principais informações sobre os povos Anacé, Pankararu, Kambiwá, Pipipã, Xukuru-Kariri, Koiupanká, Pankaiuká, entre outros.



Publicação traça perfil socioambiental do município de Barcelos (AM)

Barcelos Indígena e Ribeirinha: um perfil socioambiental foi lançado em novembro com festa na praça da cidade, incluindo apresentação da dança cariço e quitutes como quinhampira e açaí servidos aos presentes. Resultado de quase quatro anos de pesquisas colaborativas realizadas em parceria pela Associação Indígena de Barcelos (Asiba), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e o Instituto Socioambiental (ISA), o livro busca dar visibilidade e valorizar a riqueza e a complexidade do modo de vida indígena e ribeirinho, os conhecimentos e práticas locais e a importância destes na dinâmica social da região. A publicação apresenta os resultados do



Levantamento Participativo Socioambiental de Barcelos, realizado entre 2009-2010. Foram 676 entrevistas domiciliares, envolvendo 30 comunida-

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1c7a68l>

des indígenas e ribeirinhas e famílias indígenas associadas da Asiba que residem na sede municipal. O livro será distribuído gratuitamente para as escolas, associações, instituições e comunidades do município, além de parceiros e comunidades de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. Uma parte será vendida na sede da Asiba, com intuito de contribuir com os trabalhos e a sustentabilidade da associação e também no site do ISA por R\$ 30,00.

Projeto Makuchana ganha publicação

Em novembro foi lançada a publicação *Makuchana – Em busca da autonomia e sustentabilidade das Terras Indígenas do Taiano*, resultado de uma parceria realizada entre o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e o ISA.

A publicação é o retrato final de uma experiência piloto realizada em cinco Terras Indígenas da região do Taiano, no centro-oeste de Roraima, como parte das atividades de elaboração do sistema de indicadores socioambientais de Terras Indígenas, do Programa de Monitoramento de Área Protegidas do ISA.

Apresentando uma versão sistematizada dos levantamentos socioambientais realizados por agentes territoriais e ambientais indígenas das TIs Anta, Boqueirão, Pium, Raimundão e Sucuba, a publicação é também uma devolutiva às comu-

nidades, com o objetivo de subsidiar suas discussões sobre gestão territorial.

As ações do projeto Makuchana envolveram também os tuxauas, agentes de saúde e saneamento, professores e alunos. Durante cinco meses do ano de 2012, agentes ambientais e comunidades indígenas responderam a mais de 50 questões organizadas em oito grandes temas. Os levantamentos serviram para

que as comunidades discutissem de modo integrado os problemas que afetam seus territórios, estimulando o protagonismo indígena na gestão de seus problemas socioambientais. Disponível em versão digital para download.



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD EM:
<http://isa.to/1e49M9Z>



© SILVA M. FURTADO/ISA

Índios Waimiri Atroari conferem mapas

Oficinas do Sistema de Indicadores Socioambientais para TIs prosseguem

A equipe do Monitoramento deu sequência em outubro e novembro às oficinas que vêm realizando desde 2012 em Roraima, para produzir indicadores socioambientais de Terras Indígenas (TIs). Os dados devem servir para produzir retratos socioambientais que auxiliem as comunidades e seus apoiadores na gestão ambiental e territorial dessas TIs.

Após a realização de um projeto-piloto em cinco terras da região do Taiano, no centro-oeste de Roraima, que resultou no livro *Makuchana – Em busca da autonomia e sustentabilidade das Terras Indígenas do Taiano* (veja ao lado) a equipe seguiu para a TI WaiWai, no mesmo estado. De 8 a 11 de outubro, foi realizada a primeira oficina do projeto nas duas comunidades waiwai. O mesmo aconteceu em 12 a 13 de outubro, nas TIs Ponta da Serra e Ananás, dos povos Macuxi e Wapixana; e entre 27 e 29 de novembro na TI Waimiri Atroari. Para tanto, foram firmados acordos de cooperação do ISA com o Conselho Indígena de Roraima (CIR); a Associação do Povo Indígena WaiWai (APIW); a Associação do Povo Indígena WaiWai Xaary (APIWX) e a Associação Comunidade Waimiri Atroari (ACWA).

As comunidades receberam treinamentos sobre o uso de ferramentas para realizar o levantamento socioambiental nas TIs – cópias impressas de um questionário padrão, GPS, mapas e máquinas fotográficas.

Curtas

ISA LANÇA SEGUNDA EDIÇÃO DE VOCÊS, BRANCOS, NÃO TÊM ALMA.

Co-edição da editora Azougue com o ISA, o livro conta histórias assustadoras, divertidas, misteriosas, vividas no mato, junto aos índios do Alto Rio Negro, relatadas pelo antropólogo gaúcho Jorge Pozzobom (1955-2001). Cronologicamente arrumadas - de 1981 a 2001, elas se passam em um cenário amazônico da fronteira do Brasil com a Venezuela e a Colômbia. Colaborador ativo do ISA Jorge dedicou sua vida a conviver com os índios Maku, uma das famílias linguísticas do Rio Negro e durante 20 anos fez os registros de todas as suas andanças e aventuras por aquela região no noroeste amazônico. Os episódios podem tomar diferentes formas: de conto, de crônica ou de roteiro de cinema como ele mesmo definiu no texto de abertura denominado Fronteiras e Histórias. "Estas histórias falam dos limites entre a nossa civilização e algumas outras civilizações que este país encerra e maltrata há 500 anos", escreveu. A primeira edição é de 2002 e foi publicada pelo Museu Goeldi. O livro está à venda na loja do ISA por R\$ 36,00.



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/16MUmp7>

Produtividade e meio ambiente caminham juntos

Com base em situações reais encontradas no Estado do Mato Grosso, o livro *Plantar, Criar e Conservar: unindo produtividade e meio ambiente*, relata que associar a diversificação das atividades agropecuárias com a intensificação da produção, o respeito aos recursos naturais e a geração de renda são perfeitamente possíveis, embora seja um desafio e tanto. Lançado pelo ISA e pela Embrapa com apoio da Usaid, o livro foi organizado por Natália Guerin e Ingo Isernhagen. Os textos são didáticos, repletos de infográficos, ilustrações e fotos, facilitando a compreensão do leitor. Trazem exemplos de restauração ecológica, explicando o que são categorias como Áreas



de Preservação Permanente e Reserva Legal. Capítulos específicos apresentam o passo a passo da implantação de modelos e sistemas produtivos, com bom manejo de pastagens. Os capítulos finais tratam de apicultura e piscicultura, atividades com potencial de geração de renda que têm despertado interesse nos produtores. A publicação contou com o apoio da Usaid em um projeto em parceria com a TNC (The Nature Conservancy), o EDF (Environmental Defense Fund), o Funbio e o ICV (Instituto Centro de Vida).

DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD EM:
<http://isa.to/16gAEC1>

Livro apresenta propostas de política agrícola para produtores rurais

Organizado por Flávia Camargo e Raul do Valle, do ISA, a publicação apresenta propostas para que políticas agrícolas voltadas a pequenos, médios e grandes produtores rurais apoiem a conservação ambiental. São propostas formuladas e discutidas pelo ISA ao longo de três anos, para alterar algumas das principais linhas da política agrícola e premiar os produtores que conservaram a vegetação nativa de suas propriedades, assim como aqueles que queiram fazê-lo.

Uma das sugestões é criar um prêmio financeiro aos agricultores familiares que conservam florestas e vendem produtos agrícolas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), recentemente reconhecido pela ONU

como um dos programas públicos de maior sucesso no suporte à agricultura de pequena escala. A publicação apresenta também propostas de premiação via política de crédito rural, para médios e grandes produtores. Boa parte das ideias listadas na publicação foi discutida em oficina realizada com gestores públicos e representantes da sociedade civil, em maio de 2013. O livro é destinado em especial a gestores públicos, técnicos de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, produtores rurais, pesquisadores, professores e estudantes.

DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD EM:
<http://isa.to/1g96dmZ>



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Neide Esterci (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, Jurandir Craveiro e Tony Gross.
Secretário Executivo: André Villas-Bôas; **Secretária executiva adjunta:** Adriana Ramos.

APOIO INSTITUCIONAL Icco (Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento) e NCA (Ajuda da Igreja da Noruega)

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Leticia Leite e Oswaldo Braga de Souza.

Ilustrações e logomarca: Rubens Matuck; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Ana Cristina Silveira. **Visite nosso site:** www.socioambiental.org

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA EL DORADO** Rua Dr. Nuno Silva Bueno, 390, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749.